A IMPORTÂNCIA SOCIAL DA PSICOPEDAGOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO

Isaías Dos Santos da Cunha[1]
Francisco Alcicley Vasconcelos Andrade[2]
Renan Albuquerque[3]

RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida elementar a discussão sobre a importância do psicopedagogo para o desenvolvimento da educação inclusiva dentro das escolas inclusivas. O ponto de partida para a análise deste estudo gira em torno da reflexão sobre a atuação deste profissional e sua importância na conjuntura. Dessa maneira, a questão principal dessa investigação é analisar a conjuntura da inclusão escolar contemporânea, uma vez que acreditamos que o psicopedagogo tende a facilitar o processo educativo. A metodologia da nossa pesquisa é de natureza qualitativa, não probabilística, com validade externa. O estudo tem como aporte a pesquisa bibliográfica para buscarmos dados históricos e atuais sobre o objeto pesquisado. Nesse ínterim, inferimos que mediante este artigo a figura do psicopedagogo pode ajudar a instituição escolar a lidar melhor com as dessemelhanças, acrescentando novos valores, induzindo docentes e estudantes a confiarem que juntos são capazes de estudar e aprender.

[1]Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
[2]Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
[3]Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

PALAVRAS-CHAVE
Educação Inclusiva; Psicopedagogia; Pessoas com deficiência.

ABSTRACT

This article has as an elementary starting point the discussion about the importance of the educational psychologist for the development of inclusive education within inclusive schools. The starting point for the analysis of this study revolves around the reflection on the performance of this professional and its importance in the conjuncture. In this way, the main question of this investigation is to analyze the conjuncture of contemporary school inclusion, since we believe that the psychopedagogue tends to facilitate the educational process. The methodology of our research is qualitative, not probabilistic, with external validity. The study is based on bibliographical research to seek historical and current data on the researched object. In the meantime, we infer that through this article the figure of the psychopedagogue can help the school institution to better deal with the dissimilarities, adding new values, inducing teachers and students to trust that together they are capable of studying and learning.

KEYWORDS
Inclusive Education; Psychopedagogy; Disabled people.

Introdução

Pensando o cenário de uma sociedade em que a educação sobrevém a se constituir como um direito para todos, a Psicopedagogia manifesta-se como uma perspectiva de extraordinária proeminência na escola contemporânea, uma vez que se incumbe ao psicopedagogo o ato de auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que seu objeto de análise é o procedimento da aprendizagem humana. Diante disso, na escola o psicopedagogo pode contribuir no

método de ensino e aprendizagem constituindo a capacidade de atuação não exclusivamente com os estudantes, mas ainda com os docentes, proporcionando-lhes a reflexão para novas táticas e procedimentos que beneficiem esse processo e se aproximem da utópica educação para todos e todas.

Pensar a educação inclusiva no contexto escolar se configura como uma perspectiva com extrema relevância, uma vez que tal exercício tem uma caracterização de ação revolucionária em relação ao processo de ensino e aprendizagem porque a educação necessita ser provida para todos. Dessa maneira, o conceito de acessibilidade necessita ser refletido num aspecto em que considere todo o contexto de vida cotidiana do estudante com deficiência.

De tal modo, o acesso e a facilidade precisa ser uma segurança a todos que dela necessitam. A qualidade desse ingresso necessita ser analisada com um olhar transversal que visa a permissão a estes estudantes a sua garantia de ir e vir à escola, permitindo a sua continuação no espaço escolar e que principalmente possa fomentar perspectivas que facilitem o seu processo de aprendizagem, proporcionando de fato uma equidade escolar. Não basta apenas incluir, mas sim criar possibilidades para que o processo seja contínuo.

Nesse ínterim, o presente artigo busca refletir sobre a importância do psicopedagogo para o desenvolvimento da educação inclusiva, uma vez que os desafios para que de fato a inclusão seja uma realidade, são enormes e vastos. Assim, o método de abordagem desta pesquisa é de natureza qualitativa com viés exploratório, não probabilístico e de validade externa.

Destacamos que este artigo tem o aporte da pesquisa bibliográfica em relação a busca de dados históricos e atuais sobre o objeto que investigamos a fim de levantar perspectivas proeminentes sobre tal assunto. Para Severino (2007, p. 122), "a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisa anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.".

Educação inclusiva: considerações iniciais

A educação inclusiva tem sido uma categoria veemente ponderada e base da sociedade global. A educação sempre foi defendida e estabelecida por leis e projetos como um direito de base para todo e qualquer cidadão. Dessa forma,

compreendemos que todas as pessoas precisam possuir esse acesso à educação para que suas cidadanias sejam cumpridas e estabelecidas, assumindo-se como agentes de transformação social, cultural, política; conforme abordava Freire (2013).

A partir das lutas por condições igualitárias no que se refere ao acesso educacional, alcançamos a categoria ora em destaque: educação inclusiva. Educação que, segundo Cunha (2019), tem como princípio estabelecer o acesso às pessoas com deficiências ou qualquer dificuldade, sejam elas motora, física, etc. Ao nos reportamos para o Brasil, percebemos que as lutas para o ingresso das pessoas com deficiência apresentam avanços significativos.

Assim, Cunha (2019) destaca que a eficácia na acessibilidade escolar consente que o aluno possa desempenhar sua função de maneira completa, operando como intérprete e agente de sua atuação. Raciocinar e ponderar todas as suas atuações regularizadas nas boas qualidades que lhe forem oferecidas pela instituição que se atenta ao aluno com deficiência. Um dos fundamentais questionamentos gira em torno da composição adequada que as escolas proporcionam para a dinâmica do estudante com deficiência, oportunizando para que o ainda tenha facilidade de se locomover no espaço escolar (CUNHA, 2019).

Em concordância, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8069/90 em seu artigo 53, prevê o direito a educação e a igualdade de categorias de ingresso e estabilidade no espaço escolar. Com isso pode-se apreender que a instituição escolar precisa permanecer completamente suscetível para receber estes estudantes e proporcionar não unicamente uma educação igualitária a todos e todas, mas de propor meios e metodologias para uma educação significante (CUNHA, 2019).

Existem muitos empecilhos quando se trata da prática inclusiva na escola. A constituição de Leis, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) visam respaldos do exercício de inclusão dos estudantes portadores de deficiências. Inúmeras ocasiões, materiais para agenciar o ensino e aprendizagem são oferecidos as escolas, mas existe um grande déficit na escassez de pessoas habilitadas para lidarem com tais ferramentas.

Com isso, para que haja de fato a acessibilidade no ambiente escolar é necessário extinguir os impedimentos que existem. Dessa maneira, a instituição escolar necessita proporcionar um ambiente compreensível e social para todos, uma vez que este se caracteriza como um ambiente em que vivemos uma ampla

parte de nossas vidas e onde possuímos a propriedade de moldar nosso caráter enquanto cidadãos reflexivos e críticos (CUNHA, 2019).

Ao se referir as pessoas com deficiência, Vygotsky (1993) destaca que muito mais do que o defeito em si, o que vem a decidir o destino da personalidade da criança é a sua realização sócio/psicológica. Dessa forma, o trabalho psicopedagógico evidencia grande proeminência e o espaço social oferecido pela instituição escolar pode ser bem benéfica. Assim, as potencialidades não nascem prontas, é o meio social que vai amparar a pessoa a localizá-las, e fazê-las germinar.

Dessa forma, cabe destacar que a partir do ato de promover a inclusão a psicopedagogia surge com objetivo de conectar o espaço em meio ao acolhimento clínico/psicológico da pessoa com deficiência e a ação educativa deste educando com deficiência. Dessa forma, é imprescindível um campo de estudo com a capacidade de compreender o a pessoa/aprendiz. E esse aspecto calhou a expandir o campo de ação do psicopedagogo que não se restringe em ações com pessoas que possuem déficits de aprendizagem, mas ainda na precaução de presumíveis problemas, assim como na orientação, suporte e ampliação de estratégias para as ações com a ampliação incondicional de pessoas aprendizes (WEISS, 2007).

Nesta perspectiva, evidencia-se a importância na formulação e implementação de políticas públicas, agentes de uma educação característica para pessoas com deficiência. A acessibilidade, no âmbito escolar, não é restrita exclusivamente a elementos de rampa de acesso e banheiro adaptado, mas ainda na concepção e adaptação do espaço físico, além das práticas educacionais de professores. Ou seja, a ideia de acessibilidade da inclusão escolar vai desde o espaço físico até a prática docente, unificando um desenvolvimento educacional para todos. São muitas as fragilidades no dia-a-dia de escolas para aperfeiçoar a inclusão. Embora ainda não estejam integralmente preparadas para o atendimento de pessoas com deficiência, nota-se que houve avanços significativos.

Neste sentido, a acessibilidade arquitetônica das instituições escolares se individualiza como um fator categórico. Porém, necessita-se estar adjunta à acessibilidade atitudinal que tende ampliar na conjuntura escolar uma cultura de valores inclusivos. Portanto, para a efetivação da Educação Inclusiva, que estabelece um paradigma educacional, deve-se destacar a reformulação de considerações, a aplicabilidade de medidas sólidas fornecerem a acessibilidade objetivando garantir os direitos das pessoas com deficiência e a participação política para que verdadeiramente a proposta possa ser solidificada.

A importância do psicopedagogo para o desenvolvimento da educação inclusiva

Desenvolver a independência e a autonomia do estudante com deficiência é permitir organismos de superação em presença dos empecilhos impostos em seu dia-a-dia. A observância dessa acessibilidade permeia múltiplas extensões no ambiente escolar e tende a cooperar para uma reorganização do método educacional empregada hoje, mais inclusiva e menos preconceituosa.

Mediante isso, Weiss (2007) destaca que a psicopedagogia tem como meta o progresso da relação entre o aprendiz e a aprendizagem. Tomando como suposto a apreensão de tal premissa, uma vez que este tem se caracterizado como uma das temáticas de maior discussão na contemporaneidade, temos que as ações do psicopedagogo nas escolas podem, e muito, facilitar o processo de inclusão, principalmente através do auxílio a todos os estudantes na ampliação da aprendizagem e, ainda, diversas exterioridades proeminentes.

Mediante as perspectivas relacionadas, inferimos que se torna imprescindível desempenhar no espaço escolar, desde a primeira infância, atividades educacionais que possam enriquecer os aspectos interiores dos estudantes. Dessa forma, essas práticas educativas tendem a nortear-se de conjecturas pedagógicas e de ideais da psicopedagogia. Para tanto, os profissionais da psicopedagogia necessitam permanecer sabedores e conhecedores do valor que o seu trabalho possui na escola, principalmente por se constituir enquanto um atuante facilitador (MALHEIRO, 2010).

Dessa forma, destacamos que o psicopedagogo pode cooperar a instituição escolar em relação a saber lidar com a diversidade, agregando valores novos, proporcionando a ideia a toda a comunidade escolar que todos possuem a capacidade de aprendizagem. Assim, inferimos que a psicopedagogia contribui na definição de melhores prática pedagógicas, atividades inclusivas e aprofundamento nas perspectivas teóricos-metodológicos, buscando estimular o desenvolvimento global da pessoa com deficiência (MALHEIRO, 2010).

De tal modo, caracterizamos que o psicopedagogo é um profissional que auxilia com habilidades no contexto psicopedagógico, através de condições de prevenção, diagnósticos e tratamento de dificuldades e distúrbios de aprendizagem. Este profissional coopera no desenvolvimento de estratégias educacionais que visam facilitar o procedimento da inclusão social, abordando de maneira esclarecedora os elementos que interferem e contribuem para o desenvolvimento

da aprendizagem por meio das intervenções psicopedagógicas, e desenvolver as estratégias educacionais que nortearão a inclusão escolar.

No entanto, há diversos desafios que o psicopedagogo enfrentará. O primeiro é saber lidar com a diversidade, uma vez que os alunos com deficiência podem apresentar necessidades bastante diferentes, em relação aos demais alunos. Assim, é importante que o professor possua uma ampla visão a respeito da educação inclusiva e saiba afeiçoar as estratégias mediante cada particularidade de cada estudante.

De tal forma, é necessário ainda a sensibilidade para identificar quais as necessidades que cada estudante possui, e assim propor práticas educativas eficazes para promover o desenvolvimento. E um outro desafio a ser destacado é lidar com o preconceito. Tantas vezes, professores possuem preconceito retraído com alunos deficientes, ou outras condições, pelo pensamento de que estes não são passíveis de alcançar o nível de aprendizagem. Os alunos com TDAH são, algumas vezes, rotulados como mal-educados, terríveis ou sem limites, uma vez que não se trata de uma deficiência visível por ser uma inabilidade funcional em alguma área ou mais. Dessa forma, a qualificação dos profissionais da educação se caracteriza como um fator proeminente.

Em contrapartida, Porto (2011) assevera que o psicopedagogo por se caracterizar enquanto um profissional multiespecialista em aprendizagem humana que unifica ciências de distintas extensões com a finalidade de intervenção neste processo com sua influência psicopedagógica, pode adquirir uma exterioridade preventiva ou terapêutica, estando relacionado com grupos ligados aos campos da ciência terapêutica, da saúde, da educação e institucional, de maneira concernente.

Dessa forma, Bossa (1994) destaca que no ambiente escolar o psicopedagogo adotará o olhar de multiespecialista, tendo como medida prioritária que o enfoque da sua prudência não se restringe as problemáticas de aprendizagem em si, mas ainda o procedimento de aprendizagem em seu contexto. Para o autor, por conseguinte tenha alguma coisa atrapalhando o desempenho do estudante, ele compreenderá a identificação para, assim, intervir. Dessa forma, é de responsabilidade do psicopedagogo a percepção de contingentes inquietações no procedimento de aprendizagem. Assim, este precisa compartilhar da dinâmica da sociedade educacional, favorecendo a coerência, originando orientações metodológicas mediante as particularidades e peculiaridades dos sujeitos do grupo e concretizando metodologias de orientação (BOSSA, 1994).

Assim, Malheiro (2010) aborda que a escola ideal é a que consegue conjugar ambas energias integrantes distribuídas entre as propriedades emotivas, psicológicas e corporais da criança juntamente ao ideal de educação que o seio familiar ambiciona proporcionar à criança. Para o autor, é no espaço em que seja possível praticar o ensino e a ludicidade com exigência na objetivação da individualização no ensino e aprendizagem; ou seja, é ter como meta a busca pela prosperidade e a personalidade do aluno, uma vez que, a nosso ver, a escola inclusiva aproxima-se desse parâmetro tendo em vista que harmoniza o 'choque' com a dessemelhança, proporcionando ao docente e estudante que abram os horizontes para as multipluralidades.

A partir do princípio de trazer à tona a inclusão faz-se imprescindível um olhar mais aguçado em consideração as necessidades educacionais dos estudantes, uma vez que presentemente a instituição escolar não é exclusivamente dos que se emolduram num determinado protótipo. A escola necessita ser destinada a todos. Sejam meninos e meninas com e sem deficiências, com problemas ou facilidades, com performance cognitiva baixa, média ou superior; para todos e todas (BOSSA, 1994).

Do mesmo modo, o psicopedagogo institucional vai desenvolver ações na escola para oferecer auxílio e direções aos professores, na prevenção dos problemas de aprendizagem. O objetivo do psicopedagogo é desenvolver ações de cunho psicopedagógico educativo – e não clínico – com os alunos. E, assim, colaborar para o progresso das qualidades do processo de ensino e aprendizagem (MALHEIRO, 2010).

Nesse contexto, o psicopedagogo pode promover assistência ao proporcionar um olhar mais cuidadoso e afetuoso às personalidades, tornando o educador um profissional mais apto a apreender quando determinada criança expõe alguma dificuldade, ainda que o educador não consiga realizar a identificação com literalidade do que se trata.

A partir daí entra em cena o psicopedagogo escolar para desenvolver atividades com o estudante. Dessa forma, cabe ao psicopedagogo escolar realizar a avaliação de quais são os fatores que podem facilitar a constituição dessa dificuldade. Tais fatores que corroboram para uma possível dificuldade dos estudantes giram em torno da discordância do processo de ensino e aprendizagem, além de um planejamento indevido, bem como a contratação de profissional sem a qualificação para exercício para a função, além do alto número de estudantes numa turma, e as atividades inadequadas para a faixa etária, entre outros fatores.

Além dos problemas relacionados ao espaço escolar, temos ainda os relacionados ao desenvolvimento pessoal, que giram em torno das problemáticas familiares e emocionais, distúrbios da aprendizagem e desordens comportamentais (MALHEIRO, 2010).

Dessa forma, o exercício psicopedagógico promove ações que ainda são consideradas enquanto tabus, já que na atualidade permanece o conceito de que o estudante que possui problemas necessita de acompanhamento médico para "normalizar" o que se encontra "errado", uma vez que a instituição escolar não revê o que está perpetrando pelo estudante. E é nesse cenário que se reforça a proeminência que o psicopedagogo, ao concretizar a 'sociedade' com os profissionais entrelaçados com o processo de ensino do aluno (incluindo educadores), elucidar e pontuar o que necessita ser alterado e onde é necessário apresentar maior intervenção pedagógica (WEISS, 2007).

Desse modo, na psicopedagogia os recursos empregados possuem como desígnio proporcionar momentos de edificação, inspiração e assimilação de saberes e fazeres, em que o estudante desponta aonde e o quanto encontra-se no procedimento de ensino e aprendizagem. Igualmente, compete ao psicopedagogo ponderar para além do que é sensível, tendo em vista que uma criança possui o ato de não falar abertamente sobre os seus problemas, ou não é capaz de reconhecê-los. E dessa forma, esta acaba por utilizar-se de outros elementos para expressar-se (WEISS, 2007).

Nesse ínterim, entendemos que a relação entre estudante e psicopedagogo precisa se constituir com base no respeito, na confiança e na capacidade mútua de acreditar no outro, uma vez que a afetividade deve ser o aspecto que impulsiona. Assim, quando tais perspectivas baseiam tal relação, a probabilidade de desenvolvimento dos envolvidos é abissal. E ainda sendo conhecedor de que o progresso do desenvolvimento do estudante e a quebra de barreiras e a exclusão de 'muletas' não podem depender exclusivamente dessa relação. A relação entre estudante e psicopedagogo, quando positiva, irá contribuir bastante para o próprio progresso do estudante e o acondicionamento para diminuir os problemas de aprendizado exibidas. Assim, inferimos que o psicopedagogo tem um importante papel na vida de alunos com deficiências (WEISS, 2007).

Portanto, o psicopedagogo precisa buscar no ambiente escolar a concretização de uma prática psicopedagógica com a capacidade de promover no estudante a sua potencialidade para aprender, ampliando na figura do educador a abrangência da proeminência de ensinar adjacente ao anseio de conhecer e

apreender. Dessa forma, concordamos com Ramos (2010) quando destaca que o primário degrau para a concretização da inclusão escolar é verdadeiramente romper o conceito de homogeneidade e ter a consciência das dessemelhanças e reconhecer que o processo da aprendizagem é uma perspectiva particular.

Considerações finais

Na conjuntura contemporânea temos que a educação se caracteriza por ser o direito de todas as pessoas; primórdio defendido por Lei. Dessa forma, a escola pode ser compreendida como a representação desta coletividade mesclada por distintos personalidades. É a partir deste espaço que permanece destacado esse direito de ser desigual em determinadas exterioridades e análogos em outros, sem que tal perspectiva se considere como uma irregularidade que ocasione inquietações.

A perspectiva da Educação Inclusiva não se caracteriza como uma ação de simplesmente ingresso, mais pela condição numa qualidade propícia. E nesse aspecto os Estados precisam assegurar o processo de ensino para as pessoas com deficiências, e que este ensino seja constitua-se como parte integral do sistema educacional vigente. A nosso ver, não se realiza a inclusão através de decretos; estes conjecturam o direito civil, mas o ato de uma inclusão eficaz tende a caminhar por perspectivas mais complexas.

Portanto, percebemos que o psicopedagogo na escola poderá realizar um processo contínuo de avaliação do estudante, não por objetivo de o rotular, mas de localizar as perspectivas que dificultam o seu processo de aprendizagem harmonizando estratégias de ensino que permitam e beneficiem o anseio pela aprendizagem.

RECEBIDO em 12/12/2022
APROVADO em 23/03/2023

REFERÊNCIAS

BARTALOTTI, Celina C. **Inclusão das pessoas com deficiência**: utopia oupossibilidades? São Paulo: Paulus, 2006. 57f.

BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 2° Ed. Revista e Aumentada – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000CORRÊA, Maria Ângela M. **Evolução histórica da educação especial**. In: educação especial v.1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005. 207p.

CUNHA, Isaías dos Santos da. Educação inclusiva na escola municipal Irmã Cristine: considerações preliminares sobre um desafio a ser alcançado. **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, janeiro-julho, 2019, by Ufam/Icsez.

Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm> Acesso em: 15 Jul. 2017.

MALHEIRO, João. **A alma da escola do século XXI**: como conseguir aformação integral dos alunos. Curitiba: Editora CRV, 2010.

PORTO, Olívia. **Bases da Psicopedagogia**: diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática**: estratégias eficazes para a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2010.

RELVAS, Marta Pires. **Fundamentos Biológicos da Educação**: despertandointeligências e afetividade no processo de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª. Ed. Rev. e atualizada- São Paulo: Cortez, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem e Pensamento**. São Paulo: Martins Fontes,1989.

WEISS, Maria Lucia L. **Psicopedagogia Clínica**: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 6° Ed. - Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007.